Para que serve a faculdade?

Simon Schwartzman

Publicado em *Isto É,* 23 de março de 1977.

A universidade brasileira mudou nos últimos 10, 15 anos - isso é inegável. E os sinais da mudança estão por todo lado: nos estádios repletos de candidatos ao vestibular, no espaço que o assunto passou a ocupar nos jornais e nas emissoras de rádio, na espetaculosa mobilização de helicópteros e outras formas inusitadas de apoio logístico. Estão, também, no crescimento dos cursinhos, negócio hoje capaz de competir pelos espaços de TV e *outdoors*; nas escolas secundárias, transformadas em altos-fornos de vestibulandos. Toda a juventude se envolve no clima da grande marcha rumo à universidade. Mas, que universidade? Como é ela? Como vão ser os estudos? Que farão depois? Isso eles não sabem, mas não importa: a questão é passar.

Essa formidável pressão obrigou o sistema universitário a abrir suas portas. Os números dizem tudo: em 1960, havia 96 mil universitários no Brasil; em 1977, devem passar de um milhão e meio. Mas, atenção: os números não dizem, por exemplo, que grande parte desse aumento foi absorvido por faculdades isoladas de filosofia, de direito, de administração, de comunicação, a maioria escolas privadas que cobram caro, não investem quase nada e ainda batem à porta do erário público pedindo auxílios e subvenções.

Com a solução de "abrir as comportas," a qualidade dos cursos superiores caiu, evidentemente - e esse é mais um dado a comprometer a fabulosa expansão universitária. Tentando melhorar as coisas, o governo passou a exigir pós-graduação para os professores universitários, e tratou logo de criar cursos nesse nível para que a exigência pudesse tornar-se efetiva. Mas o que se pressente é que os problemas da graduação foram simplesmente transferidos para a pós-graduação, submetida também a uma pressão enorme, muito superior à sua capacidade

Os modelos.

As soluções buscadas para o problema universitário se parecem com as “soluções" que as grandes cidades vêm dando a seus problemas de trânsito - mais avenidas, mais pontes, mais viadutos, mais túneis, mais demolições e desapropriações; e, então. mais carros, mais

congestionamentos, mais reformas. A crise do petróleo e os índices de poluição já mostraram que chegou a hora de repensar tudo isso. Não terá chegado, também, o momento de pensar sobre as universidades? Para que serve mesmo a educação - e, em particular, a educação superior?

O problema é que a universidade se tornou, ainda no berço, uma instituição eivada de conflitos. Ela não teve um modelo único, acabado - e, no Brasil, o sistema universitário não passa de uma salada caótica e insossa com todos esses ingredientes desiguais. O primeiro modelo é a Universidade de Paris, criada na *Île de la Cité* no século XII, possivelmente com o objetivo de constituir uma *guilda* de professores - ou seja, uma corporação profissional como qualquer outra. Assim como existiam corporações de padeiros ou ferreiros, com suas normas de admissão e aprendizado, tratava-se de fazer o mesmo em relação a pessoas que teriam o ofício de lecionar. Essas pessoas, devidamente diplomadas, procuravam emprego no clero e nas cortes. Ao longo dos séculos, ainda que dissimulada, essa tendência se perpetuou.

Outro modelo foi a Universidade de Bolonha - na verdade, a mais antiga de que se tem notícia. Ali, o objetivo principal era a defesa dos próprios alunos. São eles que se estabelecem como corporação, que contratam e controlam os professores, que decidem o que querem aprender. Mas há, também, em ambos os casos, em Bolonha como em Paris, a presença da sociedade como um todo, representada pela Igreja, o poder que reconhece as corporações, confere privilégios e garante os monopólios de ensino e exercício profissionais.

Discordar e debater

Isto não significa que a universidade medieval tenha sido um simples prolongamento da ação da Igreja. Reconhecia-se, apesar de tudo, certa autonomia - ou, pelo menos, um lugar próprio e distinto para a universidade em relação à hierarquia da Igreja. E foi graças a essa relativa autonomia que uma faculdade de artes se infiltrava, ainda no século XII, entre as sisudas academias de teologia, direito e medicina. Curiosamente, na faculdade de artes e suas ramificações - as sociedades científicas surgidas com o Renascimento - é que se desenvolverá, no futuro, o conhecimento das ciências naturais - que pouco a pouco vão ganhando respeitabilidade.

Este espírito renovador só chegou a Portugal no século XVIII, quando o Marquês de Pombal enfrenta a tradição jesuíta e reforma a Universidade de Coimbra. É aí que começa o vínculo entre José Bonifácio, o futuro Patriarca, e a cultura brasileira; em Coimbra, na recém-criada Academia de Ciências, ele se forma em ciências naturais e leis, sendo, em seguida, enviado à Alemanha para estudar geologia. Este é o mesmo Bonifácio de Andrada que D. João pretenderia, mais tarde, fazer reitor da primeira universidade brasileira.

Como D. João não criou nenhuma universidade, Bonifácio não foi reitor. As instituições de ensino e pesquisa implantadas no Brasil pelo monarca fugitivo da Europa tiveram caráter estritamente utilitário - uma escola militar, um laboratório químico-prático, uma escola de medicina em Salvador e outra no Rio, uma escola de direito. Nem mesmo D. Pedro II, que tivera a Bonifácio como tutor e era amante das ciências, se comoveria com a idéia de uma universidade. Muito menos a jovem República, de formação positivista e, portanto, de feições progressistas -- mas, no fundo, os positivistas tinham uma concepção rígida e autoritária da organização social e política do país, descartando qualquer veleidade de uma eventual corporação de livres-pensadores.

Salvar navios

A propaganda por uma universidade moderna só começaria a esquentar com os inquéritos promovidos por Fernando de Azevedo. em 1926. através de *O Estado de São Paulo*. Desde o início, domina a idéia de uma universidade que tivesse em seu núcleo uma faculdade de filosofia e ciências. Incorporada no Estatuto das Universidades Brasileiras, que foi promulgado pelo governo Vargas em 1931 por inspiração de Francisco Campos, a idéia se transforma, contudo, numa fórmula de compromisso, visto que o Estatuto aceitava a faculdade de filosofia, mas preserva as antigas escolas profissionais.

A esta altura já temos uma mescla de todos os "modelos" clássicos. Possuímos uma universidade de sábios, de inspiração napoleônica, acoplada ao principio das corporações profissionais da velha Universidade de Paris e à universidade dos estudantes, de Bolonha. Os anos trinta assistiriam a um grande debate pedagógico sobre educação. Mas quem assume os ideais de educação para as massas é o Estado Novo, através da reforma Capanema. Seria um passo para a modernização do país, mas a reforma não descarta os antigos preconceitos positivistas contra a corporação universitária. Em São Paulo, porém, com Armando Salles e Júlio de Mesquita Filho, a tradição francesa, combinando autonomia universitária e dedicação á pesquisa científica sem preocupações profissionais imediatas, vai assentar raízes - e a USP não deixa de ser, ainda hoje, uma herança dessa doutrina.

A Segunda Guerra Mundial, porém, fazia a sociedade se aproximar da universidade. É verdade que, anos antes, os cientistas já tinham ajudado o país a se livrar da febre amarela (daí surgindo o Instituto Manguinhos, no Rio) e a broca do café (vindo daí o Instituto Biológico de São Paulo). Agora eram navios brasileiros que estavam sendo afundados por submarinos estrangeiros. E o país precisava de sonares para localizá-los. Quem iria construí-los? Nossa indústria, de baixíssima tecnologia? Nossas escolas de engenharia, onde prevalecia um ensino rotinizado e sem qualquer tradição de pesquisa? A resposta foi dada pelos físicos "teóricos" da faculdade de filosofia, que foram capazes de redescobrir a tecnologia de produção de

aparelhos emissores e receptores de ultrassom e de distribuir *know-how* para a indústria produzir os componentes. Em algum tempo, a Marinha de Guerra dispunha de oitenta aparelhos altamente sofisticados de que ela necessitava

E a pesquisa?

A queda da ditadura marca uma grande expansão universitária Mas o modelo adotado em todas as novas escolas não é o de inspiração paulista - pois as faculdades de filosofia passam a atuar apenas na formação de professores secundários. Seria um prenúncio da universidade do futuro, do vestibular e da licenciatura curta - pináculo de um sistema educacional mais preocupado em crescer do que qualquer outra coisa. A pesquisa científica e tecnológica é expulsa do *campus* - e a formação de profissionais de alto nível tem de ser feita em outro lugar. O Instituto Tecnológico da Aeronáutica, em São José dos Campos, o Conselho Nacional de Pesquisas, no Rio, são dois entre incontáveis outros exemplos.

Mas, afinal, qual o lugar indicado para a pesquisa científica? Não é surpresa verificar que é a Universidade de São Paulo e sua faculdade de filosofia que se transformam em baluarte da idéia de que os cientistas devem ser um grupo autônomo, com direito de estabelecer seus próprios objetivos e prioridades - e jamais conduzidos pelos objetivos imediatistas do Estado. Um exemplo: o Instituto Butantã que, ao se ver ameaçado, serviu de ponto de encontro para a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Com a SBPC, os cientistas passam a ter um princípio de corporação autônoma que o nosso sistema universitário como tal não lhes proporcionava. Naturalmente, reivindicações de autonomia não devem ser confundidas com anseios de isolamento. Ao contrário: os cientistas querem mostrar que podem ser úteis. Mas a condição é que eles digam o que precisam, o que deve ser feito, o que deve ser ensinado.

Aliviar tensões.

E os estudantes? Esses nem se consolam com a proteção de uma corporação. Para a grande maioria deles, consequentemente, a universidade se resume em ser um canal de ascensão social. Têm suas razões, já que a diferença entre o salário de um trabalhador manual e o de um profissional universitário, no Brasil, chega facilmente à proporção de 1 para 30. É certo que algumas profissões - arquitetos, sociólogos, advogados, psicólogos, até mesmo médicos recém-formados - já encontram o mercado de trabalho saturado. Mas para isso existem as leis que regulamentam as profissões, como garantia de uma fatia do mercado.

À terceira interessada, a sociedade, a universidade presta valiosos serviços. As classes mais abastadas conseguem mandar seus filhos para as melhores faculdades, graças à educação secundária de melhor qualidade que tiveram e ao ambiente mais culto em que foram criados. Nesse sentido, não há dúvida de que o sistema universitário ajuda o sistema social a se

reproduzir, transmitindo de pai para filho a educação, a cultura intelectual e as profissões. Essa função pode estar ameaçada pela massificação do ensino, mas por certo não desapareceu. Além disso, ao abrir uma perspectiva de ascensão social, a universidade ajuda a desafogar as tensões devidas à incapacidade do mercado de trabalho em absorver produtivamente os jovens.

Travestida em linguagem tecnocrática, essa função de controle de tensões sociais se consagra na idéia de que é só multiplicar as escolas - e estarão realizados o desenvolvimento e a justiça social. As falácias em que se baseia esse raciocínio são mais ou menos evidentes. A renda auferida por uma pessoa tem naturalmente muito a ver com a produtividade de seu trabalho. Mas é também resultado de condições próprias ao mercado de trabalho, como, por exemplo, o f ato de ele ser monopolístico ou protegido.

Quando se aumenta a escolarização, distribuindo credenciais profissionais à custa, quase sempre, da qualidade daquilo que se aprende, está-se em geral aviltando o mercado de trabalho, o que invariavelmente resulta numa reação defensiva que é a busca de privilégios corporativos. É quando os dentistas se voltam contra os práticos, os médicos contra os enfermeiros, os engenheiros contra os arquitetos, os psiquiatras contra os psicólogos e os sociólogos contra o mundo, buscando, mais uma vez, regulamentar a profissão. Tudo isso mantendo uma escassa ou nula relação com a produtividade.

Parar o crescimento?

Quando o "objetivo" da educação é o tão celebrado desenvolvimento do país, corre-se o risco de que, de forma nem sempre ingênua, se esteja fortalecendo a ideologia dominante. Todos pedem mais recursos para a educação, mais escolas, mais bolsas, mais vagas - haverá causa mais nobre? O reverso da medalha é que os técnicos do governo que controlam os recursos passam a ver o problema educacional e universitário fundamentalmente nos mesmos termos. Para que serve esta pesquisa? Quanto rende este Instituto? Para que desenvolver no Brasil tecnologias que podem ser compradas mais baratas lá fora?

O resultado é que, em áreas como a da energia atômica, tem ocorrido sempre uma ausência de contato entre os que se dedicam ao estudo da física e os que se dedicam à política nuclear. No momento em que o Brasil se dispõe a comprar a briga com o governo Jimmy Carter pelo direito de levar avante suas próprias pesquisas atômicas, seria o caso de se examinar com cuidado como (não) participam disso as pessoas e instituições responsáveis. Para que, no mínimo, não nos transformemos em meros “choferes de reatores".

O que fazer, então, para desfazer o nó de contradições que é a universidade? Simplesmente acabar com ela, como propunha, por exemplo, Ivan Illich, à esquerda, e Milton Friedman, à direita? Desescolarizar tudo; cada um estude como e onde quiser, é o que defendem

eles. Se esta proposta, pensada para os países capitalistas avançados, já encontra aí a pecha de utópica, imaginem em sociedades como o Brasil, onde a economia de mercado é uma ficção, incapaz, portanto, de determinar quanto vale uma ou outra opção. Para os pioneiros da Educação Nova, que, nos anos 30, ao lado de Anísio Teixeira, lançaram as bases do atual sistema educacional brasileiro, a questão era simples Escola para todos, pública, comum e gratuita - eis a fórmula que iria atenuar as diferenças de classe e preparar uma sociedade moderna, justa c igualitária. Numa perspectiva de hoje, já se sabe que as soluções não serão tão simples. Da mesma forma já se percebe que o crescimento numérico da educação, por si só, e o ideal da universidade para todos são objetivos inatingíveis c desnecessários. E que já vêm, inclusive, saindo extremamente caros.

Destruir a universidade? Ou mudá-la?	
Objetivos	**Meios**
1. Fazer com que a educação deixe de ser um formalismo e um ritual para a perpetuação de desigualdades sociais, em função dos anos de estudo.	Separar educação de escolarização. Misturar os diversos níveis - superior, médio, técnico, profissional. Eliminar os diplomas e a utilização de anos de escola como critérios para a contratação e remuneração de pessoas.
2. Elevar o nível educacional da população.	Utilizar ao mesmo tempo toda a gama de recursos educacionais disponíveis: alfabetização intensiva, cursos por correspondência, formação de técnicos dos mais variados tipos e níveis dentro de cada "carreira" tradicional, etc.
3. Eliminar a educação ritualista e o aprendizado inútil	Eliminar a padronização dos currículos, garantir e estimular a liberdade de invenção, inovação e experimentação em todos os níveis.
4. Vincular o ensino à realidade da vida das pessoas	Transferir de fato a responsabilidade pelas escolas a associações de bairro, grupos de vizinhança, etc.,
5. Garantir a democratização do ensino	Proporcionar recursos públicos para a educação em todos os níveis sob a forma de doações periódicas a serem renovadas em função do desempenho dos cursos, avaliado pela própria comunidade e por peritos educacionais.
6. Garantir a liberdade de ensino	Sistema de bônus, dados pelo governo aos alunos para que eles os utilizem na escolha das escolas de sua preferência.
7: Garantir a qualidade do ensino	Promover a livre competição entre escolas, cursos e programas, tanto no mercado de trabalho quanto no mercado de alunos. A reputação das escolas determinará a procura por parte dos alunos, e estes valerão no mercado de trabalho o que valer sua escola.

8. Acabar com os monopólios das corporações profissionais.	Eliminar o registro oficial de diplomas, a regulamentação das profissões e a existência de associações profissionais únicas.
9. Evitar o charlatanismo.	Permitir que os profissionais organizem tantas associações quantas quiserem, cada uma delas se responsabilizando pela qualidade profissional de seus filiados. Educar o público para que ele possa distinguir.
10: Estimular o desenvolvimento da ciência c da tecnologia.	Criar institutos e centros de estudo e pesquisa estritamente científicos, dirigidos pelos próprios cientistas e separados da formação de profissionais para o mercado de trabalho.
11. Permitir uma seleção adequada de estudantes para as escolas.	Eliminar o vestibular unificado, a exigência de curso secundário (bastam os critérios de cada escola) para admissão à universidade, eliminar o exame classificatório.
12. Reduzir a burocracia	Todo o ensino passa a ser feito por instituições autônomas, de utilidade pública e de direito privado (tipo fundações). Transformar os órgãos governamentais - MEC, secretarias etc. - em órgãos de apoio técnico e pedagógico e de estudos para o estabelecimento de prioridades.
13: Evitar o caos generalizado.	Não se preocupar em excesso com a ordem, já que ela pode ser só aparência e burocracia. Ir-se acostumando à idéia de que o mundo é complicado.